



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAR PARA REALIMENTAR O SABER E AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS**

KARINA CHRISTIANA FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAR PARA REALIMENTAR O SABER E AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão escolar.

Orientação: Renato Lopes dos Santos

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAR PARA REALIMENTAR O SABER E AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS**

KARINA CHRISTIANA FERREIRA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Professor Renato Lopes dos Santos

(Orientador)

Belo Horizonte,... de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma contribuíram para a realização do mesmo. À minha família em especial ao meu marido e a todos os funcionários da escola em que atuo. Pessoas que, através do comprometimento e dedicação tornaram-se co-responsáveis pelo desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Agradeço ao meu marido pelo incentivo, compreensão e carinho nestes momentos de trabalho e comprometimento. A professora Marly Olívia Ribeiro e Silva, ao professor Orientador Renato Lopes dos Santos e a professora Rita Cristina Lages e Silva pelo auxílio no desenvolvimento do presente trabalho e no decorrer de todo o curso. E também às minhas companheiras de curso da cidade de Arcos, pelo incentivo e companheirismo nessa caminhada.

*“Avaliação – grande desafio!
...se amamos nossas crianças o bastante para não
expulsá-las de nosso mundo e não abandoná-las aos
seus próprios recursos.”*

Hannah Arendt

RESUMO

A avaliação da aprendizagem merece destaque e reflexão, tanto no Projeto Político-Pedagógico de todas as escolas, quanto no estudo de cunho científico que aponta vários pressupostos sobre a prática docente, o aprendizado e as relações sócio-interativas do processo e da transformação exercidas por ele. A reflexão desse Trabalho de Conclusão de Curso salienta paradigmas, que ocultos na avaliação tradicional, ainda impõem uma relação de poder entre avaliados e avaliadores. Mas, prioritariamente, o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso abre precedência para os efeitos positivos do processo avaliativo democrático, onde os resultados são sistematizados e servem como parâmetro para avaliar o trabalho docente e por outro lado se transformam em avaliação institucional, oferecendo indicadores capazes de auxiliar no processo de envolvimento dos profissionais para o trabalho coletivo da escola.

Palavras-chave: Avaliação. Escola. Coletivo. Democrática. Planejamento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 TIPOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E OS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	09
1.1- Funções do processo avaliativo.....	10
2 Avaliação para tomada de decisões	14
2.1 Os indicadores externos: uma bússola para redefinir a prática pedagógica.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
ANEXO: Projeto Político-Pedagógico	21

INTRODUÇÃO

A construção de um Projeto Político-Pedagógico voltado para a formação democrática e coletiva implica pensar uma gestão de oportunidades iguais para uma escola de diversidades.

Ao construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, algumas questões emergiram. Como aprender a avaliar? Como avaliar? Quem avaliar? Avaliar para quê? Quando avaliar? O que fazer com os resultados? O que é avaliação democrática?

Nesse contexto indagativo as respostas emergem quando se inicia uma pesquisa sobre o assunto 'Avaliação'. Por meio do presente estudo, buscou-se evidenciar o caráter coletivo e democrático da Avaliação. A avaliação é um tema desafiador que possui uma construção histórica que se justifica e se fundamenta diferentemente nos diversos momentos da sociedade.

A avaliação assume dentro e fora da Escola múltiplas dimensões que englobam e atribuem diversos valores como o social, o financeiro, o pedagógico, o democrático e o físico, em diversos setores sociais, o que suscita ainda mais a necessidade da avaliação democrática e coletiva em todos os planejamentos institucionais.

Na prática pedagógica, a avaliação da aprendizagem vai muito além de um produto, passa a ser um processo que, após a análise dos resultados, traçam-se metas de transformação e de melhorias a curto, longo e médio prazo.

O assunto analisado nesse trabalho aborda a proposta de avaliação feita na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso dentro de seu Projeto Político-Pedagógico, cuja temática envolve a amplitude da avaliação enquanto instrumento de transformação do cidadão.

A reflexão que prossegue dimensiona um tratamento científico que visa contribuir para melhorar o sistema interno e externo de avaliação na referida Escola por intermédio da Avaliação democrática e coletiva, pois segundo Demo (1996, p.186),

Avaliamos o êxito de qualquer ensino não pela capacidade de reprodução que o aluno tem do que lhe foi apresentado como informação ou caso exemplar, mas pela sua capacidade de construir soluções próprias a novos problemas, ainda que para isso ele recorra àquilo que lhe foi colocado como

caso exemplar, ou seja, que ele lance mão das 'soluções canônicas' que lhe foram apresentadas.

1 TIPOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E OS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é parte integrante do processo de ensino/aprendizagem, mas requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos. Segundo Perrenoud (1999), a avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos.

Para Hoffmann (1993, p. 134)

Avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas. (1993, p.134).

O Termo avaliar tem sido associado constantemente a indagações e expressões ou frases que incorporaram o dia-a-dia do fazer pedagógico. Avaliar é conhecer competências, fazer prova, fazer exame, repetir ou passar de ano, proficiência, descritores, matriz de referência, SAEB (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico), SIMAVE (Sistema Mineiro da Avaliação da Educação Básica), PROEB (programa de Avaliação da Educação da Alfabetização), PRO-ALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização), CEALE (Centro de Alfabetização Leitura e Escrita), etc. Tudo concorre para o tema avaliação.

Segundo Souza et. al (2010), a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos. A avaliação da escola deve estar ancorada no princípio do método democrático que auxilia a discussão coletiva do trabalho que foi realizado.

Na avaliação da aprendizagem o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, sejam supervalorizadas em detrimento de suas observações diárias de caráter diagnóstico. O professor deve trabalhar numa dinâmica interativa, tendo noção, ao longo de todo o ano, da participação e

produtividade de cada aluno. Deixando claro que a prova é somente uma formalidade do sistema escolar, tendo o cuidado na sua elaboração e aplicação. O Objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos.

Dentro dessa visão podemos citar a fala de Hoffmann ao afirmar que:

[...] a visão do educador/avaliador ultrapassa a concepção de alguém que simplesmente 'observa' se o aluno acompanhou o processo e alcançou resultados esperados, na direção de um educador que propõe ações diversificadas e investiga, justamente, o inesperado, o inusitado. Alguém que provoca, questiona, confronta, exige novas e melhores soluções a cada momento. (HOFFMANN, 2004, p. 77).

1.1 Funções do processo avaliativo

A Avaliação da educação básica possui regulamentação legal. A alfabetização, por exemplo, dar-se-á no ciclo de três anos, denominado “ciclo da alfabetização”, e nele, segundo o Parecer CNE/CEB nº 4/2008, alguns princípios essenciais relativos à avaliação deverão ser observados:

[...] 9.1 - A Avaliação tem de assumir forma processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação pedagógica;
9.2 - A Avaliação nesses três anos iniciais não pode repetir a prática tradicional limitada a avaliar apenas os resultados finais traduzidos em notas ou conceitos;
9.3 - A Avaliação, nesse bloco ou ciclo, não pode ser adotada como mera verificação de conhecimento visando ao caráter classificatório;
9.4 - É indispensável a elaboração de instrumento e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;
9.5 - A Avaliação, nesse período, constituir-se-á, também, em um momento necessário à construção de conhecimento pelas crianças no processo de alfabetização. [...]. (p.2).

A avaliação deve ser como bem expressa a LDB – Lei nº 9394/1996, art. 24, contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as de eventuais provas finais. Visando detectar e diagnosticar possíveis falhas, para que o professor possa sanar as mesmas em um constante processo de ação reflexão e ação, assegurando o processo de ensino-aprendizagem.

Parte desse processo também pode ser visto na seguinte fala:

A avaliação, enquanto relação dialógica vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. (HOFFMANN, 1994, p. 56).

Portanto, no processo ensino-aprendizagem a avaliação assume algumas funções como: a diagnóstica, a formativa e a somativa, exercidas de forma conjugada, de modo a garantir a sua contribuição para a eficiência do processo de ensino e aprendizagem.

A função diagnóstica da avaliação tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já disponível no aluno, e a existência de pré-requisitos necessários à aquisição de um novo saber, bem como definir quais as estratégias mais adequadas a serem utilizadas tendo em vista as características do alunado.

De acordo com Miras e Solé (1996, p. 381),

[...] a avaliação diagnóstica (ou inicial), é a que proporciona informações acerca das capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino/aprendizagem, ou ainda, segundo Bloom, Hastings e Madaus (1975), busca a determinação da presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

A função formativa tem por finalidade acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, com o objetivo de corrigir e melhorar os processos de ensino e de aprendizagem, verificar se este alcançou as metas propostas para a etapa da aprendizagem evitando o fracasso antes que este ocorra. A função formativa baseia-se em relatórios de acompanhamento detalhado do desenvolvimento dos alunos e constantes revisões de estratégias de ação, podendo utilizar-se de provas objetivas e outros instrumentos que permitem acompanhar o progresso de cada aluno. Além disso, fornece ao professor oportunidade para reavaliar e repensar a sua prática pedagógica, e ao aluno, oportunidades para transpor e superar suas dificuldades. Assim sendo:

A avaliação formativa permite constatar se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais

objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas. (HAYDT, 1995, p.17).

Além disso, Afonso assevera que:

A avaliação formativa (que está longe de ter esgotado todas as suas pontecialidades) pode cumprir um papel de rearticulação do estado com a comunidade, na medida em que ajudar a promover a aprendizagem dos saberes e objetivos curriculares comuns, que decorrem de uma escola básica como projeto de um estado democrático, sem excluir as subjetividades e as necessidades que se expressam na e pela comunidade. [...] A gestão da regulação e da emancipação é um processo extremamente complexo e difícil. Não depende apenas dos professores, embora sejam estes que estão em melhores condições de mediar as exigências do estado e as expectativas e necessidades da comunidade, sobretudo quando a autonomia profissional é posta ao serviço de projetos que aproveitam da autonomia relativa do próprio sistema educativo e das ambigüidades das políticas educativas. (2002, p.130).

A função somativa objetiva classificar o aluno ao final de um período, de uma unidade, ou ano letivo, tendo como parâmetros os níveis de aproveitamento previamente estabelecido, oferecendo subsídios para o registro das informações relativas ao desempenho do mesmo. É usada, de modo geral, para avaliar ações já realizadas. É útil para cobrar o conteúdo ensinado, fiscalizar, hierarquizar, medir e comparar, com base em indicadores objetivos. Um dos exemplos mais conhecidos é a prova objetiva, que permite dizer em que ponto está o domínio do conhecimento do aluno em um determinado momento. O resultado de várias provas serve para cobrar desempenho, hierarquizar, punir ou premiar e também para fazer prognósticos. Pode ser útil em alguns casos, mas não expressa o processo de aprendizagem global do aluno, em geral, oferece pouca ajuda para superar as insuficiências, por isso não pode ser usada como único instrumento para avaliar o desempenho dos alunos.

Nesse contexto, verifica-se que:

A avaliação Somativa tem como objetivo, determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada. (MIRAS; SOLÉ, 1996, p.378).

A Avaliação não deverá ser usada mediante caráter classificatório, punitivo, como meio de controle de comportamentos considerados não desejáveis. Ela deve estar a serviço do aluno, do seu bom desempenho. Ou seja, a avaliação tem que ser

pensada de forma contínua e cumulativa, integrada às atividades de ensino, objetivando um ensino de excelência em todos os níveis, garantindo e assegurando o êxito no processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva,

A Avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando da definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referência os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA, 1995, p. 63).

Os caminhos propostos pelo Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, da cidade de Arcos/MG, é feita forma contínua e reflete o desempenho global do aluno durante o período letivo, considerando as suas características individuais e indicando sua possibilidade de prosseguimento nos estudos. Sendo que o compromisso não é somente com o ensino, mas também com a aprendizagem.

Para construir uma proposta de intervenções a partir da avaliação, é importante que a instituição construa com transparência e responsabilidade sua auto-avaliação. Ao diagnosticar fracassos no ensino-aprendizagem, a escola pode sair de sua antiga concepção excludente de selecionar, punir e premiar indivíduos ou grupos e passar a contribuir para construção da cidadania.

Deste modo, Luckesi (2005, p. 166), sugere que:

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser usada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, assumam-se o papel de auxiliar o crescimento.

Usar os indicadores das avaliações possibilita a construção de instrumentos tais como: diários de classe, relatórios, fichas ou similares, que podem transformar a prática de nossos professores e o aprendizado dos alunos.

Tais instrumentos são mapeados no planejamento e nas metas da instituição a curto, a médio ou a longo prazo, com um único objetivo: identificar o perfil da aprendizagem dos alunos e mostrar as razões, ou os motivos pelos quais alguns alunos não caminham juntos ou não aprendem.

2 AVALIAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES

As avaliações da aprendizagem e institucional das escolas, constituem-se num instrumento fundamental para o conhecimento da realidade educacional e identificação de pontos críticos, visando a intervenção pedagógica adequada para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. A partir dessas avaliações, o gestor, dentro de um processo democrático, envolvendo e ouvindo todos que participam do processo educacional, constroem um diagnóstico para tomar uma decisão acertada, e intervir pedagogicamente de forma adequada no sistema de ensino.

A partir do processo avaliativo podemos detectar problemas, identificar o perfil da aprendizagem dos alunos e mostrar as razões do porque estão ou não aprendendo, buscar novos caminhos, rever planejamentos e mudar a própria prática avaliativa. Libâneo (1991, p.196), define avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

2.1 Os indicadores externos: uma bússola para redefinir a prática pedagógica

Indicadores de performance escolar devem sempre começar com questões de como os estudantes estão na escola: seu atendimento e senso de conexão com a escola, satisfação material, auto-estima, senso de responsabilidade, crescimento cívico e social e outros atributos desejáveis ao longo da formação acadêmica. Entretanto, esses indicadores devem ser expandidos para refletir fatores que estruturam a experiência de escolarização dos alunos. (DARLING-HAMMOND; ASCHER, 1991, p. 35).

A construção desses indicadores a partir dos alunos deve estar conectada à função social da escola, voltada para a qualidade, levando em conta a vida escolar e necessidades da nossa clientela. Objetivando-se construir um processo de avaliação institucional, deve-se ter como ponto de partida o aluno, considerando também todo processo pedagógico e democrático.

Para definir que elementos podem ser chamados de indicadores, convém estabelecer um debate sobre a qualidade do trabalho da escola, visando subsidiar a

tomada de decisões sobre os rumos desta escola. Nesse sentido, é interessante considerar alguns critérios construídos por Darling-Hammond e Ascher (1991) para discutir o controle social em escolas nos EUA.

Segundo o estudo destas autoras, para definir indicadores é preciso que os elementos aí incorporados apresentem algumas características, tais como:

validade: é preciso que a questão a ser analisada no debate entre os sujeitos do processo de avaliação expresse relações significativas para a prática pedagógica;

credibilidade: é preciso que ao definir um elemento para compor a avaliação fique claro como ele será analisado para que todos os envolvidos no processo possam se posicionar frente à questão.

Para que a avaliação se torne um processo interno da escola, deve-se incorporar a cultura democrática à avaliação coletiva sobre os rumos que a instituição deve seguir, não só o que e como avaliar, implica decidir que medidas, que ações irá desenvolver a partir do conhecimento dos resultados. Segundo Darling-Hammond e Ascher (1991), indicadores não substituem nem as idéias educacionais nem as decisões sobre que políticas devem ser implementadas. Eles são mais uma bússola que podem indicar que caminhos seguir, todavia é o sujeito que interpreta a bússola e decide que caminho seguir.

Transformar os resultados da escola a partir dos resultados do sistema, construindo um PIP, também faz com que a comunidade se reúna para cumprir as metas do Estado e do Município. Todos opinam, relatam o que melhorou e o que precisa melhorar dentro do grupo, dentro da escola. Essas possibilidades capacitam grandes e pequenos a avaliar e serem avaliados.

De acordo com o PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, o processo de avaliação leva em conta o contexto educacional, ou seja, os sujeitos da educação, as relações sociais na comunidade escolar, os mecanismos de gestão, a realidade sócio-econômica dos alunos, enfim, aspectos culturais de todos os envolvidos no cenário educativo. Dessa maneira, o educador é também avaliado e assim, a responsabilidade pela qualidade da educação é dividida entre todos os envolvidos no processo educacional. Os dados avaliativos internos e externos são registrados juntamente com as opiniões, sugestões e críticas sobre o que está dando certo e o que precisa ser inovado buscando soluções para melhorias do processo ensino-aprendizagem, bem como as ações em prol da qualidade do trabalho educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso foi, sem dúvida, um caminho favorável para a mudança de atitudes e procedimentos na prática pedagógica. Houve na escola um redirecionamento da prática pedagógica, bem como a análises dos resultados das avaliações extra-escolares para conduzir o processo intra-escolar. Substituíram-se as reuniões que falavam apenas dos alunos, de suas dificuldades, de seus fracassos e passou-se a enumerar as conquistas obtidas pelos alunos.

Nesse contexto, passou-se a utilizar os dados que emergem todos os dias nas salas de aula, da referida escola, objetivando redirecionar a tomada de decisões no que tange à prática pedagógica. Essa postura proporciona aos responsáveis pela tomada de decisões educacionais o feedback necessário para que prevaleça o bom senso na prática pedagógica, conduzindo ao acerto das ações no cotidiano escolar.

Diante disso, entendemos que a avaliação permite uma leitura mais qualificada do desenvolvimento pedagógico, ou seja, o diagnóstico como forma de superar os problemas da educação escolar no processo de planejamento e tomada de decisões.

Pensar a Avaliação democrática e coletiva é mais que refletir os paradigmas que concorrem para sua ação excludente. É preciso que, ao construir um Projeto Político-Pedagógico conforme o que foi analisado e construído pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, desenvolver discussões com todo grupo de avaliadores e depois de aguçar-lhes o senso crítico, fazer com que entendam a real situação da Avaliação dentro e fora desse contexto.

Nesse sentido, concordamos com Vasconcelos ao afirmar que:

A Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. É a forma de acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajudá-los em suas eventuais dificuldades. (1995, p. 43).

Assim, avaliar não é um ato seletivo, pois se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, a inclusão e a melhoria da vida dos educandos.

Por fim, refletindo-se acerca de visões de mundo, leis, regras, normas avaliativas de regulação intra-escolar ou extra-escolar, infere-se que o desabrochar

da competência construtiva e participativa é, no fundo, interminável na evolução humana. Assim, nota-se que se trata de trocar a reprodução alienante do poder para o saber pensar.

Todo bom ensino começa e termina com avaliação, salientando que os resultados obtidos por seu intermédio orientam a tomada de decisões sobre como conduzir uma escola que garanta o sucesso e a permanência de todos os que a procuram, sem esquecer da importância do trabalho coletivo e o papel de lideranças fortes na organização da escola, de seu ensino, de seu tempo e de seu espaço.

Acrescenta-se que o desafio para construir novos caminhos, segundo Ramos (2001), é uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20-11-2010.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 4/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb00408.pdf>. Acesso em: 20-11-2010.

BLOOM, B. S., HASTINGS, J. T., MADAUS, G. F. **Evaluación del aprendizaje**. Buenos Aires: Troquel, 1975.

BLOOM, Benjamin et al. *Taxonomy of Educational objectives*. Hand Book I, Nova Iorque, 1956.

DARLING-HAMMOND, O. L.; ASCHER, C. **Creating accountability in big city schools**. Urban Diversity Series, nº102, march, 1991.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. Campinas-SP. Papyrus, 1.9896.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **Avaliação da educação básica e ação normativa federal**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 11-11-2010.

HAYDT, R.C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo. Ática, 1995

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: Uma Prática em Construção da Pré-escola. A Universidade. 14ª ed. Porto Alegre: Mediação 1993.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação - mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10ª edição. São Paulo-SP. Ed.Cortez. 1994.180p.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRAS, M. SOLÉ, I. **A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem**. In Coll, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre. Editora Artmed. 1999. 168p.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso. Arcos-MG, 2010. 28p.

RAMOS, P. **Os pilares para educação e avaliação**. Blumenau - SC: Acadêmica, 2001

SOUSA, Sandra M. Zákia L. – **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 11-11-2010.

SOUSA, S. Z. Avaliação Escolar: constatações e perspectivas. **REVISTA DE EDUCAÇÃO AEC**, Brasília-DF, ano 24, nº94, p.59-66, jan./mar., 1 995.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. (et.al) **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11/08/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. (et al.). **Avaliação como Instrumento para a gestão democrática na educação**. Texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da escola pública. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11-11-2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da escola pública. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11-11-2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza... (et al.). **Avaliação de sistema:** a superação da competição/comparação e a sua utilização para diagnóstico e tomada de decisão. Texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da escola pública. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11-11-2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza... (et al.). **Avaliação Institucional:** a avaliação da escola como instituição. Texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da escola pública. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11-11-2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. (et al.). **Avaliação:** o processo e o produto. Texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da escola pública. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11-11-2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem:** práticas de mudança - por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.

ANEXO: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA PARAÍSO

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

**CLEIDE PIMENTEL LOPES OLIVEIRA
GISLENE BORGES LEÃO ALBINO
KARINA CHRISTIANA FERREIRA
MARTA FRANCISCA MOREIRA
SARA LEAL DOS SANTOS**

BELO HORIZONTE, 2010

ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA PARAÍSO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: uma construção coletiva

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1- FINALIDADES DA ESCOLA.....	05
2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
3- CURRÍCULO.....	10
4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5- PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6- RELAÇÕES DE TRABALHO.....	16
7- AVALIAÇÃO.....	18
7.1- Novos mecanismos, atitudes e perspectivas.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25
ANEXOS.....	27

INTRODUÇÃO

A educação, segundo o art. 1º da Lei 9394/96, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, organizações e nas manifestações culturais.

Veiga (1998) afirma que o Projeto Político-Pedagógico é um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa a superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática da escola.

De acordo com a autora, se o Projeto Político-Pedagógico é elaborado com a participação da comunidade escolar e a proposta assegura a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, se observa o cotidiano e o seu entorno, assegura também os princípios da gestão democrática e participativa. Baseando-se nesses princípios, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso representa uma construção coletiva que envolve os representantes da comunidade, com a participação efetiva dos pais e também dos diversos segmentos desta instituição. O presente documento indica os caminhos que ela busca trilhar na defesa do diálogo e da participação no processo ensino e aprendizagem e tem como resultado a reflexão ocorrida em vários momentos coletivos, buscando direcionar todas as instâncias organizadas na escola, bem como o repensar das práticas pedagógicas.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é integrante da Rede Municipal de Ensino, está localizada na Rua Antônio de Carvalho, nº 315, Bairro São Judas Tadeu, zona urbana, município de Arcos, Minas Gerais. Surgiu da necessidade de se construir uma unidade de ensino, uma vez que as crianças da localidade superlotaram a escola mais próxima, dificultando o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos.

Após o levantamento da demanda, a administração municipal iniciou a construção do prédio em terreno doado pelo Sr. Cleuser José Teixeira. A obra foi concluída em 15 de outubro de 1993 com recursos dos cofres públicos municipais e

o ato de criação oficial da escola deu-se pela Lei Municipal nº. 1498/93, de 29/11/1993. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais reconhece a escola e autoriza seu funcionamento pela SEE nº. 1072/94.

A unidade escolar atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, perfazendo um total de quatrocentos e doze alunos de classe média e conta com cinquenta e um funcionários. O e-mail da escola é emveralucia@hotmail.com e telefone (37) 3352-1050.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso assume como fundamento a construção do conhecimento, inserido numa proposta educacional aberta a transformações, visando o melhor para o educando. Nesta perspectiva, o aluno constrói o conhecimento a partir de interações que estabelece com outras pessoas, com o objeto de conhecimento e com o meio em que vive.

De acordo com Silva (s.d), num processo de planejamento se faz necessário assegurar o acompanhamento, a avaliação e o replanejamento, num movimento permanente de pensar e repensar a ação desenvolvida e o trabalho realizado. Nessa perspectiva, a implementação do Projeto Político Pedagógico ajuda a corrigir falhas, aprimorar ações e realizar um trabalho mais eficaz.

1- FINALIDADES DA ESCOLA

Conscientes da responsabilidade de educar para a vida, para a solidariedade e a autonomia, a Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso busca atender as necessidades dos alunos, tendo como meta uma educação de qualidade que desenvolva as potencialidades do educando.

Para Menezes (2006), os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais. Assim, a escola tem como principal finalidade, o desenvolvimento máximo das capacidades sociais, emocionais e cognitivas propiciando condições para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade no meio social em que se encontram.

Procura, também, desenvolver uma educação inclusiva, que atenda as reais necessidades dos alunos; a realização de um trabalho fundamentado em valores e atitudes éticas; o favorecimento de um espaço dinâmico de aprendizagem que permita a troca de experiências entre professor/aluno, professor/professor, aluno/aluno; um trabalho dinâmico e inovador que valorize o meio ambiente, o conhecimento da sociedade histórica e cultural; que estimule mecanismos de diálogo; diminuam a violência; favoreça as ações de solidariedade e contribua na construção de uma gestão democrática e participativa.

Enfim, a presente proposta permite desenvolver uma ação educativa que promova o exercício da cidadania e a participação do sujeito como agente de mudança no contexto histórico, social e cultural e ao traçar os objetivos, leva-se em conta as mudanças culturais demandadas pela sociedade ao momento. Para alcançar essa mudança desejada, a escola oferece aos alunos um ensino de qualidade alicerçado nos ideais do ser humano, resgatando experiências vivenciadas e acumuladas, estabelecidas entre os sujeitos ao longo do processo educativo.

Sabe-se, porém, que essa tarefa é complexa e exige competências didáticas da equipe pedagógica. Neste sentido, uma das ações é capacitar os profissionais para atuarem com eficiência no processo ensino aprendizagem.

A maioria das pessoas certamente concorda com o fato de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo. Mas quem pode definir bem e dar vida às orientações gerais sobre qualidade na escola, de acordo com os contextos socioculturais locais, é a própria comunidade escolar. Não existe um padrão ou uma receita única para escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação. (DOURADO, 2005).

Portanto, espera-se que as finalidades e metas elaboradas neste Projeto Político-Pedagógico, seja o referencial, na busca de uma educação de qualidade, eficiente e competente, que leve o sujeito à construção de sua identidade e aprendizagem, voltada para uma escola democrática, onde todos possam acreditar na gestão participativa, como forma de promover as relações humanas.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional administrativa assegura a locação, a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além da arquitetura do prédio e do patrimônio escolar. A estrutura pedagógica refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às curriculares, incluindo todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho na escola.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso está dividida em três pavimentos térreos. O pavimento central é composto pela cantina, dois banheiros sendo um masculino e um feminino, biblioteca, sala dos professores (anexo, dois banheiros), secretaria e sala da direção. No lado esquerdo estão três salas de aula e entre os pavimentos, um palco para as apresentações e dois pátios, contando também com uma quadra poliesportiva coberta para atender não apenas a demanda da escola, mas também da comunidade. No pavimento à direita, estão seis salas de aula e uma sala de informática com dez computadores com acesso à internet.

Todas as dependências estão mobiliadas conforme suas finalidades, o prédio encontra-se em bom estado de conservação, não oferece nenhum risco à clientela. A escola apresenta-se equipada, com um aparelho de televisão, um DVD, um data-show, um notebook, uma máquina copidora, uma máquina fotográfica, doze computadores com internet, um aparelho telefônico, um retro-projetor, uma impressora a laser, uma impressora a jato de tinta, uma matricial, um freezer, um fogão industrial, uma geladeira, um liquidificador, armários em todas as salas de aula, secretaria e sala dos professores.

No que se refere à autonomia financeira, a escola recebe o repasse do Programa de Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, sendo os valores destinados à melhoria do ensino-aprendizagem, parte física e pedagógica, previamente aprovados pelo Caixa Escolar e Colegiado Escolar.

As modalidades de ensino oferecidas na instituição são de Educação Infantil (alunos com cinco anos de idade) e Ensino Fundamental de nove anos, com a seguinte estrutura: Ciclo da Alfabetização com duração de três anos de escolaridade; Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade e os

quatro anos finais organizados em regime anual, do sexto ao nono ano de escolaridade.

A Escola funciona em dois turnos. O turno vespertino, com cento e oitenta e dois alunos divididos em nove turmas, sendo duas turmas de Educação Infantil, com trinta e quatro alunos; duas de primeiro ano, com trinta e cinco alunos; uma turma de segundo ano, com vinte e seis alunos; duas turmas de terceiro ano, com quarenta e três alunos e duas de quarto ano, com quarenta e quatro alunos. O turno matutino conta com dez turmas no total de duzentos e trinta alunos, sendo duas turmas do quinto ano, com cinquenta e nove alunos; sexto ano, com quarenta e seis alunos; sétimo ano, com quarenta e sete alunos; oitavo ano, com quarenta e três alunos e o nono ano, com trinta e cinco alunos. A carga horária anual da Educação Infantil é de 800 horas, do primeiro ao quinto ano é de 833 horas e 20 minutos e do sexto ao nono ano de 900 horas.

O corpo docente é constituído por trinta e dois profissionais. O pessoal técnico-administrativo é constituído por seis auxiliares de serviços administrativos, dois supervisores pedagógicos, uma coordenadora escolar e uma estagiária. O turno vespertino conta com duas auxiliares de serviços administrativos, uma supervisora e uma estagiária, o matutino conta com três auxiliares de serviços administrativos, uma supervisora e uma coordenadora para os dois turnos.

A área pedagógica dessa unidade é organizada pelos supervisores, direção, coordenador pedagógico e professores, que estabelecem objetivos gerais e específicos para o ensino, definem as linhas de atuação em função dos objetivos, do perfil da comunidade e dos alunos. Propõem metas a serem atingidas, acompanham e avaliam as propostas pedagógicas, os objetivos e o cumprimento das metas.

Os profissionais oferecem aos educandos um ensino de qualidade, conduzindo-os ao exercício pleno da cidadania através da formação humana, cristã, moral e intelectual. A equipe é comprometida, ajuda na construção de uma escola democrática, tendo por metas a inserção dos alunos no processo sócio-político-econômico e cultural.

A escola propõe um trabalho fundamentado em pedagogia de projetos, envolvendo toda comunidade escolar. Nessa perspectiva, Cury (2010) afirma que “a

educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

O supervisor escolar tem, entre suas funções, assessorar os professores em seu trabalho diário e manter um relacionamento agradável entre escola e comunidade mantendo-os informados dos resultados obtidos; Propiciar momentos de estudos, interação e troca de experiências, com o objetivo de enriquecer o trabalho; Elaborar, juntamente com a equipe escolar, os projetos pedagógicos e propiciar meios para a execução dos mesmos.

O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar. A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, de daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem (CURY 2010, p.10)

O planejamento dos professores da Educação Infantil ao quinto ano é organizado dentro dos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais e do caderno do CEALE - Centro de Alfabetização Leitura e Escrita. Do sexto ao nono ano é usado o CBC - Currículo Básico Comum. Os planejamentos têm constante acompanhamento da equipe pedagógica e quando há necessidade, é realizado o PIP - Plano de Intervenção Pedagógica. O calendário escolar é definido pela SEMED - Secretária Municipal de Educação do município, com a aprovação da Superintendência de Ensino.

A metodologia de ensino adotada pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso e os problemas referentes a ela, são resolvidos de forma democrática, contando com a participação dos professores, supervisores e direção. Juntos, atendem às necessidades de cada turma, na tentativa de sanar da melhor forma possível os problemas de ensino-aprendizagem.

3- CURRÍCULO

A escola, na busca dos princípios da prática inovadora, visa ao dinamismo e ao desenvolvimento de competências, por isso se fundamenta em teorias que ressaltam a importância da aprendizagem significativa, onde um dos principais objetivos é tornar o aprendizado prazeroso, criativo, com o maior grau de significado possível. O currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive, refletindo a concepção de educando e de sociedade que se deseja, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho. Vale destacar Cooll (s.d) que o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis por sua aplicação e execução. Portanto, o currículo favorece informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.

Infere-se, então, que currículo é um programa de ações pedagógicas a ser vivenciadas em sala de aula, na instituição e em torno dela, bem como um caminho que indica como trabalhar as mudanças e alterações significativas em busca do ensino-aprendizagem. O currículo então não se apresenta como um conceito, mas como uma construção cultural, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

O currículo do Ensino Fundamental deve ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. A abordagem dos conteúdos curriculares na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é interativa, contextualizada e significativa, tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil ao quinto ano. Orienta-se também pelos cadernos do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita e os Guias do Alfabetizador.

As equipes administrativas e pedagógicas da escola elaboram um projeto oferecendo aos alunos o reforço no contra turno, objetivando melhores resultados na aprendizagem, e na parte diversificada, a escola oferece aulas de Inglês do primeiro ao quinto ano. Em sua base, o currículo norteia as várias áreas de conhecimento e

proporciona caminhos para que o aluno se desenvolva nas capacidades de reflexão e criação dentro de cada especialidade.

O currículo nesta escola (Anexo A) abrange, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Na parte diversificada dos currículos inclui, obrigatoriamente, a partir do sexto ano, o ensino de pelo menos uma Língua Estrangeira, cuja escolha fica a critério da comunidade escolar, dentro das possibilidades e limitações da escola. A Educação Física, integrada à Proposta Pedagógica da Escola, é componente curricular obrigatório de todos os anos da Educação Básica. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. O ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena integra os currículos do Ensino Fundamental.

No desenvolvimento do Currículo são observados os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, estabelecidos, obrigatoriamente, para os anos finais do Ensino Fundamental. A Escola implementa os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, conforme o planejamento curricular de suas ações pedagógicas, devendo os mesmos serem enriquecidos, ampliados e adaptados às características regionais e às necessidades dos alunos. Assim, a educação vai além da reprodução de saberes e fazeres, tendo como foco a troca de experiência no contexto sócio-político-cultural visando um ensino-aprendizagem de qualidade pautada em uma gestão democrática.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Espaço e tempo são duas dimensões que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas. Ambos não podem ser neutros, representam uma construção social e exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo ou não um ambiente educativo de qualidade.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso funciona em dois turnos. O primeiro inicia as atividades às 7 horas e encerra às 11 horas e 20 minutos e o segundo começa às 12 horas e 30 minutos e termina às 16 horas e 45 minutos. Os alunos estão distribuídos em turmas do primeiro ao nono ano e a instituição tem por finalidade ministrar a educação nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental organizado em ciclos, sendo Ciclo da Alfabetização: primeiro, segundo e terceiro ano; Ciclo complementar: quarto e quinto ano e séries finais do ensino fundamental: sexto ao nono ano.

O número de alunos por turma é, preferencialmente, de vinte e cinco alunos nos anos iniciais e trinta alunos nos anos finais, com o objetivo de possibilitar ao aluno um acompanhamento sistemático e apoio individualizado. A escola respeita, especialmente, a forma de aproveitamento do tempo pedagógico levando em conta a individualidade e a necessidade de cada um. Valoriza o espaço de exercício da cidadania de forma a oferecer ao aluno um ensino de qualidade.

O espaço físico da escola é amplo e atende à demanda. Está dividido em três pavimentos, com cantinas, banheiros, biblioteca, setor administrativo, salas de aula, laboratório de informática com internet. Possui um espaço amplo para recreação com palco e jardins. A quadra é coberta e atende à escola e toda comunidade. Durante a semana são realizadas reuniões e demais atividades como: grupos de oração, catequese, reuniões de professores, cursos e atividades esportivas na quadra. No final de semana a escola é cedida também para almoço beneficente.

O tempo de permanência do estudante na escola é tempo de aprendizagem intelectual, sócio-cultural, afetiva e ética. Sob essa perspectiva Cury lembra:

Sabendo-se pelo artigo 24 que, obrigatoriamente, o estudante tem direito a um mínimo de 200 dias letivos por ano e 800 horas de carga horária

mínima, sabendo-se que, pelo mesmo artigo VI a frequência mínima para aprovação é a de 75%, resulta o seguinte: 75% de 800 horas = 600 horas; 25% de 800 horas = 200 horas; 50% de 200 horas = 100 horas; 100 horas = 25 dias letivos. Ou seja, bem antes de um aluno atingir 100 horas de faltas, o gestor deve buscar o cumprimento do inciso VIII do art. 12, pois, nesse caso, a quantidade é qualidade. (CURY, 2006, p. 13)

Considerando tais afirmativas, o calendário da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é adequado às peculiaridades dessa instituição e também às locais, promovendo esforços para articular e integrar aos calendários das demais escolas do município. Conta com um total de 200 dias letivos com 800 horas para a Educação infantil, conforme afirma o autor, 833 horas e 20 minutos do primeiro ao quinto ano e 900 horas do sexto ao nono ano (Anexo B).

O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, para aprovação, em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista. O controle de frequência dos alunos é de responsabilidade do professor e para o aluno que não obtiver a frequência mínima prevista, a escola utiliza-se do recurso de reclassificação, observando para tal, as condições previstas no Regimento Escolar.

De acordo com Brito (1991, p. 12), “a escola como organização é uma entidade social complexa onde se inter-relacionam várias estruturas e múltiplas intervenientes: alunos, pessoal docente, pais e comunidade em geral, contribuindo todos para uma mesma finalidade e missão”.

Assim, a direção, supervisores e professores desta escola realizam o Módulo II, quinzenalmente, para analisar o desempenho dos alunos, replanejar, criar ações, metas, estratégias e projetos de estudos para a formação continuada. Tais fatores constituem-se em estímulos para impulsionar a caminhada rumo à democracia, buscando apoio nos profissionais e em toda comunidade escolar, de modo especial, nos conselhos escolares.

5 - PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática da escola pública, tendo por objetivo contribuir para a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organiza o seu funcionamento de maneira transparente, possibilitando que a comunidade adquira conhecimentos, saberes e ideias para transformar a realidade. E para que tais ações se efetivem, tornam-se necessárias as tomadas de decisões quanto ao planejamento, ao desenvolvimento e ao processo de avaliação da educação.

Os líderes são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações. Chamamos de liderança a dedicação, a visão, os valores e a integridade que inspiram os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem metas coletivas. A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas. Os líderes reduzem as nossas incertezas e nos ajudam a cooperar e trabalhar em conjunto para tomarmos decisões acertadas (CHIAVENATO, 1994, p. 17).

Segundo Ferreira (1980, também se refere a tais lideranças e afirma que “tomar decisões implica em deliberar, resolver ou decidir as situações, mas cabe primeiramente ao diretor, responsável pela gestão, administrá-las”. Com base nessas ideias, é que o gestor de cada escola e de modo especial da instituição em estudo, deve refletir sobre a melhor maneira de liderar o trabalho educativo.

Com relação à escolha dos dirigentes no município de Arcos/MG, ela acontece por indicação do prefeito municipal levando em conta critérios como: experiência profissional, capacidade de liderança e formação em nível superior. O processo de decisão na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso caminha na direção da gestão democrática e descentralizada, uma vez que as decisões são fundamentadas na discussão coletiva e a cada profissional, cabe o direito de vez e voz.

A escola tem autonomia para empregar a verba do Caixa Escolar de acordo com suas necessidades e conta com o apoio de toda a equipe escolar reunindo-se com professores da escola e o Colegiado Escolar para decidir a melhor forma de aplicação, ou seja, não tem interferência da SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

O Colegiado Escolar é o órgão representativo da comunidade escolar, com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica e à

gestão administrativa, respeitadas as normas legais, conforme previsto no Regimento Escolar. As reuniões acontecem na sede da própria escola, sob coordenação da diretora e as decisões são tomadas pela maioria de seus membros, titulares e/ou suplentes, que são indicados pela comunidade escolar, mediante processo de eleição para mandato de dois anos, em datas e períodos fixados em edital próprio.

Oliveira *et al* (2010), afirma que a democratização começa no interior da escola, por isso, a cooperação é a base desse trabalho. As decisões do Colegiado são registradas em ata aprovada, assinada pelos presentes e divulgada à comunidade escolar.

O Conselho de Classe, que também acontece de maneira efetiva, tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do PPP - Projeto Político Pedagógico. Os seus representantes reúnem-se no final de cada bimestre, conforme previsto no calendário escolar, para avaliar o desempenho de cada aluno e da turma de forma global. Outro objetivo do Conselho é reorientar as atividades, buscar soluções que venham a atender às necessidades diferenciadas em busca do sucesso no processo ensino-aprendizagem.

6 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, considera-se que as relações de trabalho, no interior da escola, devem estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios de divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser aprendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...). (DOURADO, 2010)

Na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, as relações acontecem em um ambiente criado pela vivência consciente dos direitos e dos deveres de cada membro da comunidade escolar no exercício de suas responsabilidades para o desenvolvimento do trabalho educativo. O regime disciplinar é decorrente das disposições legais aplicadas em cada caso, segundo as determinações do Regimento Escolar, dos regulamentos específicos e das decisões dos órgãos colegiados.

Família e escola devem estar atentas a maneira em que os jovens demonstram suas emoções. Devido a sua faixa etária, eles têm a necessidade de chamar a atenção através de comportamentos inadequados como gritos, modo de andar e de se vestir, desafiando as normas e os limites da escola. O desempenho às vezes fica comprometido e eles tentam de todas as maneiras chamar a atenção dos pais e professores, daí a relação família/escola torna-se decisiva para o sucesso da educação. Ambas tentam resolver o problema da melhor forma possível, deve-se buscar sempre uma sintonia visando à aprendizagem de qualidade e a formação do caráter do aluno/filho. Torna-se importante compreender que:

O momento em que nos encontramos tem alterado a configuração da vida e tem abalado os padrões estabelecidos de indivíduo, família e sociedade. [...] seres humanos e relações humanas foram lançados em um estado de turbulência, enquanto a máquina cresce muito à frente da sabedoria do homem sobre si mesmo. A redução do espaço e a intimidade forçada entre as pessoas vivendo em culturas em conflitos exigem um novo

entendimento, uma nova visão das relações do homem com o homem e do homem com a sociedade. (ACKERMAN, 1986, p. 17)

Conforme afirma o autor, às vezes as relações no interior da escola, são caracterizadas por turbulências e conflitos. Em relação às faltas cometidas na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, pode-se afirmar que, conforme a gravidade e reincidência são aplicadas aos alunos uma advertência oral particular ou advertência escrita. E sempre que se faz necessário, é feito um comunicado aos pais ou responsáveis pelo aluno para o conhecimento da situação, objetivando a busca de soluções mais adequadas.

A escola registra e arquiva os comprovantes do ocorrido e medidas tomadas pelo coletivo. Os casos mais graves de indisciplina e faltas consecutivas são encaminhados para o Conselho Tutelar e Colegiado Escolar, para que possam fazer o encaminhamento e tomar as providências cabíveis.

O regime disciplinar aplicado ao pessoal docente, técnico e administrativo, segue os parâmetros baseados no diálogo. O gestor orienta o funcionário com o intuito de mudança de atitudes. Persistindo o problema, é feita uma advertência escrita e encaminhado à Secretaria Municipal de Educação que leva o caso ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Com o objetivo de evitar problemas de relacionamento, são criadas estratégias para que todos tenham um ambiente de trabalho harmonioso e prazeroso, aberto à reflexão coletiva favorecendo o diálogo. São ministradas palestras, cursos de capacitação e motivação no resgate da afetividade entre funcionários, alunos e comunidade escolar.

7 - AVALIAÇÃO

O termo “avaliar” vem do latim (a + valere), que significa “atribuir valor e mérito” ao objeto de estudo. Avalia-se então para aferir a sua qualidade. Avaliar é um processo complexo, porém, necessário. Serve como diagnóstico do atual desempenho da escola e da aprendizagem dos alunos e de todos os educadores e sua importância no ambiente educativo. A análise de resultados de uma avaliação favorece a elaboração do planejamento das ações educativas e ainda serve para ajustar os processos de ensino e aprendizagem, bem como elevar os padrões de ensino, além de nortear o processo de gestão na escola.

Segundo Souza *et.al* (2010), a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos. A avaliação da escola deve estar ancorada no princípio do método democrático que auxilia a discussão coletiva do trabalho que foi realizado.

Uma das formas de avaliar mais importantes se refere à avaliação permanente de todos os aspectos que compõem as ações educacionais na escola. É importante avaliar as ações dos profissionais que atuam diretamente na escola e também avaliar o desempenho acadêmico dos alunos, pois ambos os processos são interdependentes. Neste sentido, Souza, *et. al*, (2010), destaca que a análise das condições institucionais da escola pode ajudar a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem, o que, em contrapartida, revela um referencial de avaliação para a instituição.

Segundo Demo (1996, p. 48), os problemas de aprendizagem precisam ser descobertos de imediato, através de diagnósticos inequívocos e honestos e que permitam redirecionar as chances. Baseando-se nas ideias mencionadas por Demo, torna-se pertinente refletir sobre a construção de um modelo de avaliação eficiente e eficaz, a cultura de avaliação que é adotada, quando avalia e como são registrados os dados avaliativos, tal como acontece na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

O processo de avaliação adotado nesta instituição trabalha de forma organizada. Leva em conta o contexto educacional, ou seja, os sujeitos da educação, as relações sociais na comunidade escolar, os mecanismos de gestão, a

realidade sócio-econômica dos alunos, enfim, aspectos culturais de todos os envolvidos no cenário educativo.

No que diz respeito ao trabalho dos profissionais, é adotado o modelo de avaliação dialógica e permanente e nas reuniões mensais ou quinzenais, é estabelecido um momento de pensar sobre o trabalho desenvolvido. Toda equipe considera que uma forma sensata de realizar a avaliação na escola é por meio da auto-avaliação dos profissionais, bem como a avaliação crítica das ações de cada um em função do ensino e da aprendizagem dos alunos.

Os dados avaliativos do trabalho, bem como o resultado do desempenho dos alunos, são registrados em atas, assinadas por todos os profissionais que se encontram presentes na reunião. Neste documento são registradas as opiniões, sugestões e críticas sobre todo processo, o que está dando certo e o que precisa ser inovado. Registra-se também os resultados das avaliações externas, buscando por meio da discussão crítica, as soluções para melhorias do processo ensino-aprendizagem, bem como as ações em prol da qualidade do trabalho educativo.

Desta forma, todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, et. al. 2010).

A ideia da autora vem fortalecer a visão da equipe da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso sobre o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem. Nesta instituição, há uma convicção de que ao avaliar, o educador é também avaliado e assim, a responsabilidade pela qualidade da educação é como diz Navarro, dividida entre todos os envolvidos no processo educacional.

Sabe-se que o resultado final da avaliação feita por esta escola, de acordo com seu regimento, reflete o desempenho global do aluno durante o período letivo, considerando as suas características individuais e indicando sua possibilidade de prosseguimento nos estudos. Sabe-se também, que o compromisso dessa equipe não é somente com o ensino, mas principalmente com a aprendizagem e, nesse caso, a recuperação é entendida como uma parte importante do processo, porque a

instituição respeita a diversidade de características e de necessidades de todos os alunos.

Na recuperação, são organizadas diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos, oferecidas no decorrer do período letivo e após o mesmo, como os Estudos Orientados a partir de atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstram dificuldades ao longo do processo de aprendizagem. São realizados estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do período letivo, para os alunos que não apresentam domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período.

Quando as estratégias mencionadas não são suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno, são realizados os Estudos Independentes no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do período letivo subsequente. Estes estudos são assumidos pelo professor da turma, por meio de procedimentos pedagógicos variados, incluindo a possibilidade de se recorrer ao apoio de monitorias e parcerias mobilizadas pela escola. Nesse caso, cabe à direção e à equipe pedagógica, indicar, para cada componente curricular, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos alunos beneficiados pelas estratégias de Estudos Orientados e Estudos Independentes em situação regular ou em regime de Progressão Parcial.

Os instrumentos de avaliação utilizados para verificação da aprendizagem do aluno submetido aos Estudos Independentes são variados, incidem sobre os conceitos e habilidades fundamentais dos componentes curriculares e são definidos em equipe pelos professores da escola. Constatada a recuperação do aluno, ocorre a revisão dos resultados anteriormente lançados nos registros escolares.

7.1 – Novos mecanismos, atitudes e perspectivas

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso aponta uma educação para o progresso, onde estudo e avaliação caminham juntos, e, esta última, como instrumento indispensável que permite saber em que medida os objetivos pretendidos foram alcançados. Uma educação vista como um processo de permanente crescimento do educando, que visa o seu pleno desenvolvimento, buscando novos mecanismos, atitudes e perspectivas, como os que estão descritos nos parágrafos seguintes.

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, anos ou outras formas de organização compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimentos segundo processo de avaliação definido pela escola em seu Regimento Escolar. A Classificação pode ser feita em qualquer série, etapa ou ano, exceto o primeiro do Ensino Fundamental.

Para os alunos provenientes de escolas de outros municípios, estados ou do exterior que não concluíram o Ensino Fundamental, a classificação dar-se-á conforme previsto no Regimento Escolar e pode ser feita:

- a) por promoção, para os alunos que cursaram com aproveitamento, a série, a fase ou o ano anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permite sua inscrição no ano adequado conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Reclassificar significa reposicionar o aluno em série, período, ciclo, fase, etapa ou ano diferente daquela indicada em seu histórico escolar (LDB 9394) e a decisão de reclassificação é sempre decorrente da manifestação de uma comissão, presidida pela direção desta escola com representantes docentes da qual o aluno é reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógicas. Os documentos que

fundamentam a classificação ou reclassificação são arquivados nas pastas dos alunos.

Avanço Escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresenta nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo a série em que se encontra. Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, com altas habilidades e comprovada competência. Por se tratar de formas especiais de avaliação e progressão, é indispensável que a direção da escola designe comissão, não só para diagnosticar realmente a necessidade de aplicação deste recurso excepcional, como também para proceder à avaliação que cada situação requer.

A Aceleração de Estudos é a forma de proporcionar ao aluno com atraso escolar, a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente à sua idade. Alunos com atraso escolar são aqueles que se encontram com idade superior a que corresponde a série que esteja cursando. Neste caso, a Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso faz a programação dentro das normas vigentes, sob orientação da SEE/MG. As estratégias de aceleração podem assumir múltiplas formas, buscando como atender as necessidades desses alunos de acordo com as possibilidades da escola.

A Progressão Parcial é o procedimento oferecido pela instituição, com apoio no Regimento Escolar, que permite ao aluno avançar em componentes curriculares para os quais já apresente, comprovadamente, domínio de conhecimento, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos naqueles componentes nos quais apresente deficiências. A SEE através do art. 39 da Res. SEE nº 521/04 regulamenta estes estudos devendo a escola organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo:

- Estudos Orientados – monitoria, recuperação paralela durante todo o ano letivo;

- Estudos Orientados presenciais – após encerramento do ano letivo (até o final do ano escolar) o aluno faz avaliação em duas ou mais disciplinas. Zera os pontos obtidos durante o ano.
- Se não conseguir ainda o mínimo, faz o estudo independente com auxílio do Plano de Estudos elaborado pelo professor da disciplina. Presta provas em janeiro (antes do ano letivo seguinte). Os instrumentos de avaliação são avaliados e definidos em equipe para serem aplicados ao aluno após estudo independente;
- Se ainda não conseguir, fica com a progressão parcial em até dois conteúdos, se há defasagem em três disciplinas, o aluno fica retido.

Lembrando que na sua pasta individual, contém todas as tentativas e estratégias adotadas pela escola. Nela, toda a documentação como provas e trabalhos que venham a ser exigidos dos alunos são arquivados. Aqueles alunos que estão em regime de Progressão Parcial, realizam as atividades através de estudos e trabalhos orientados e frequentam as aulas no horário normal.

E na busca pelo pleno desenvolvimento do educando, estão presentes outros objetivos que não só os de dimensão cognitiva, como os descritos acima, mas também os de natureza sócio-afetiva, que igualmente são trabalhados e avaliados pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da experiência de revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, todos os passos dados têm uma contribuição significativa, com o objetivo de aprimorar o trabalho coletivo garantindo o envolvimento de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões, na elaboração, execução e avaliação de ações conjuntas visando sanar as deficiências, em prol da melhoria da qualidade da gestão democrática e participativa.

[...] o projeto político pedagógico pode ser considerado como a 'carteira de identidade' da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (Carvalho, 2004, p. 156-157).

É indispensável que a escola busque, coletivamente, a promoção de espaços para debates, reflexões e envolvimento da comunidade escolar em seu dia-a-dia, objetivando a reflexão sobre a realidade, em busca de estratégias de melhorias e aperfeiçoamento no seu desempenho educacional. Portanto, o Projeto Político Pedagógico da escola é o resultado de um desejo de criar, interagir, trocar experiências, inovar e acrescentar através de um processo coletivo e participativo de toda comunidade escolar e que deve ser implementado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela – SCHEIBE, Leda. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>. Acesso em: 15/07/2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394, htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 08/07/2010.

_____. **Secretaria de Estado da Educação. Guia do diretor escolar SEE/MG:** instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: SEE, 2010.

Coll. César. **Psicologia e currículo.** Disponível em www.scribd.com/doc/24138464/Psicologia-e-Curriculo. Acesso em: 14/10/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil - **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 15/07/2010

DOURADO, Luiz Fernandes - **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 12/07/2010.

_____. et al. edição revista. **Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores).** São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FEEVALE - **Escola de Aplicação.** Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/36302.pdf>. Acesso em: 12/07/2010.

NAVARRO, Ignez Pinto. (et. al.) **Avaliação: O processo e o produto.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9891>. Acesso em: 11/08/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira – **A construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico.** Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005. Acesso em: 08/07/2010.

Parecer nº 05/97 CEE

Disponível em: [http://www.ceesp.sp.gov.br/pareceres/pa 526 97. htm](http://www.ceesp.sp.gov.br/pareceres/pa_526_97.htm). Acesso em: 11/08/2010

Parecer nº 1132/97 CEE

Disponível em: [http://www.cee.mg.gov.br/parecer1132. 1997.htm](http://www.cee.mg.gov.br/parecer1132_1997.htm). Acesso em: 11/08/2010

Parecer nº 1158/98 CEE

Disponível em: [http://www.cee.mg.gov.br/parecer1158. 1998.htm](http://www.cee.mg.gov.br/parecer1158_1998.htm). Acesso em: 11/08/2010

PILETTI, N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: www.scribd.com/doc/6779342. Acesso em: 13/07/2010.

ROCHA, Maria Alice Barbosa da Silva - **Projeto Político Pedagógico e Sua Importância na Gestão Democrática**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em: 08/07/2010.

SILVA, Marcelo Soares da. - **Planejamento e o cotidiano escolar**. Disponível em [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view. php?id=9931](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9931). Acesso em: 08/07/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo. (et. al) **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view. php?id=9891](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9891). Acesso em: 11/08/2010.

Tempo Escolar - Disponível em: <http://materialparaescola.blogspot.com/2009/11/o-tempo-escolar.html>. Acesso em: 18/07/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

Anexo A – Grade Curricular

Município: Arcos		PLANO CURRICULAR - ENSINO FUNDAMENTAL										SRE - DIVINÓPOLIS CONTÉUDO 2010 2010/04/10 2010/05/10/08/3						
		Escola Municipal Vera Lúcia Paraiso - Turno: Diurno												Série: Ensino de Básica Fundamental				
		Ano: 2010																
Áreas de conhecimento Componentes Curriculares	Ciclo da Alfabetização										Ciclo Complementar		Série: Ensino de Básica Fundamental					
	1º Ano	2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	CHA	AS	CIA	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CIA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	
Língua Portuguesa	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	06	200:00	06	200:00	05	166:40	05	166:40
Matemática	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	05	166:40	05	200:00	05	200:00	05	200:00
Geografia	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00
História	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00
Ciências	03	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00	04	133:20
Educação Física	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	02	66:40	02	66:40
Artes	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	00	0:00	00	0:00	00	0:00	01	33:20
Educação Religiosa	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
Ling. Estrang. (Inglês)	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	02	66:40	02	66:40	01	33:20	01	33:20
Psicomotricidade e Expressão Corporal	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	00	0:00	00	0:00	00	0:00	01	33:20
Redação	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	01	33:20	00	0:00	00	0:00	01	33:20
Informática	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
TOTAL	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	27	900:00	27	900:00	27	900:00	27	900:00

INDICADORES FIXOS:
 Carga Horária Anual: 833:20 h / 900h /
 Módulos aulas semanais: 25 / 27 Módulos /
LEGENDA:
 AS: Aulas Semanais
 CIA: Carga Horária Anual

BASE NACIONAL COMUM

PARTE

INTERDISCIPLINAR

*Lei 11.553/07 e Lei SEE 1507/09
 **Os conteúdos referentes ao Dúo das Ciências e Matemática serão ministrados em todo o currículo escolar com ênfase em Língua Portuguesa, Geografia e História, no Plano Curricular do Ensino Fundamental de 10 anos.
 ***Lei 11.553/07 e Lei SEE 1507/09
 ****Lei 12.491/10 - Lei nº 12.491/10 institui o Ensino de Ciências e Educação Religiosa.
 *****Decreto Estadual nº 1.270/08 - Lei nº 1.270/08 institui o Ensino de Ciências e Geografia.
 *****Os conteúdos referentes à História e Ciências são ministrados e são previstos indicados nos currículos de cada nível de ensino no âmbito de cada município escolar - Lei Federal 11.645 de 2008.
 *****Lei 13.411/99 - Ênfase extra-disciplinária em línguas estrangeiras e ciências exatas.
 **Lei 11.553/07 e Lei SEE 1507/09
 **Os conteúdos referentes ao Dúo das Ciências e Matemática serão ministrados em todo o currículo escolar com ênfase em Língua Portuguesa, Geografia e História, no Plano Curricular do Ensino Fundamental de 10 anos.
 ****Lei 12.491/10 - Lei nº 12.491/10 institui o Ensino de Ciências e Educação Religiosa.
 *****Decreto Estadual nº 1.270/08 - Lei nº 1.270/08 institui o Ensino de Ciências e Geografia.
 *****Os conteúdos referentes à História e Ciências são ministrados e são previstos indicados nos currículos de cada nível de ensino no âmbito de cada município escolar - Lei Federal 11.645 de 2008.
 *****Lei 13.411/99 - Ênfase extra-disciplinária em línguas estrangeiras e ciências exatas.

[Assinatura]
 Diretora da Escola
 Cláudia Maria Lopes Oliveira
 Diretora
 Aut. nº 005464

[Assinatura]
 Inspetora Escolar
 Irene Lopes Ferreira
 Inspetora Escolar
 940303/5

[Assinatura]
 Secretário(a) Municipal de Educação
 WAP-2888/5

Anexo B – Calendário Escolar

Secretaria Municipal de Educação - Arcos/MG
ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA
Calendário 2010 - Ensino Fundamental

Legenda

- ★ Início e término do ano letivo
- ✕ Início e término do ano escolar
- Férias escolares
- Recessos escolares comuns
- Feriado Nacional
- Feriado Municipal
- Sábado Letivo
- Capacitação e Planejamento
- Consciência negra
- Designações
- J JIMI (Jogos do Interior de Minas)

Janeiro							Fevereiro							Março							Abril						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	1	2	3	4	5	6	4	5	6	7	8	9	10	
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	
31																											

1 - Confraternização Universal
16 - Carnaval

Maio							Junho							Julho							Agosto						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
30	31												25	26	27	28	29	30	31	29	30	31					

2 - Sexta-feira da Paixão
21 - Tricentes


Setembro							Outubro							Novembro							Dezembro						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	7	
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25
							31						28	29	30				26	27	28	29	30	31			

7 - Independência do Brasil
12 - Nossa Senhora Aparecida
28 - Dia do Servidor


16 - Aniversário da Cidade

3 - Corpus Christi

8 - Inauguração Conselho
25 - Natal



Lucinéia Dias da Silva Carolino
Secretária Municipal de Educação



Irene Lopes Ferreira
Inspetora de Ensino de Dinópolis